

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: ESTRUTURAS E APLICAÇÕES

ROQUE, Lucas Barbosa ^{1*}

MÁXIMO, Míriam de Oliveira ^{2*}

PEDRO, Natache Marina ^{3**}

RESUMO

O presente estudo enfatiza a importância das Análises de Demonstrações Contábeis para a ascensão e saúde financeira de uma organização. O principal objetivo deste estudo se faz na perspectiva de conhecimentos acerca das análises de demonstrações contábeis, relacionando essas ferramentas de contabilidade com os fatores organizacionais. A partir da análise e apresentação das demonstrações contábeis se torna possível evidenciar e confrontar informações e elementos patrimoniais de uma organização, mostrando assim aspectos relativos à realidade econômica e patrimonial da empresa, fatores esses que fazem com que aperfeiçoe mais ações da empresa de maneira estratégica para possíveis tomadas de decisões, apresentando dados esclarecedores aos seus usuários sobre a sua situação atual.

Palavras-chave: Demonstrações Contábeis; Balanço Patrimonial; DFC; DRE.

^{1*} Graduando do Curso de Ciências Contábeis da UNIFEOB, lucasbarbosaroque@gmail.com; ^{2*} Graduando do Curso de Ciências Contábeis da UNIFEOB, mih.de.oliveira@hotmail.com; ^{3**} Graduando do Curso de Ciências Contábeis da UNIFEOB, marina_natache@hotmail.com; Professor orientador: Max Streicher Vallim, UNIFEOB, max.vallim@unifeob.edu.br

1. INTRODUÇÃO

A contabilidade é uma ciência que sempre esteve presente no mundo dos negócios, quer tenham sido nos primórdios da civilização através do sistema de troca ou em nosso mundo globalizado.

Marion (2002, p.23), enfatiza que a Contabilidade é o grande instrumento que auxilia a administração a tomar decisões. A demonstração contábil consiste em técnicas que permitem a comparação e a interpretação dos demonstrativos da empresa, podendo apresentar informações úteis nas transações realizadas. Nesse sentido, é necessário que se tenha um conhecimento da empresa, pois os dados são seqüências variáveis. Para que o analista consiga interpretá-las é preciso observá-las á luz das políticas da empresa, ou seja, analisar essa variável de acordo com o letrado da organização.

No decorrer dos tempos à contabilidade afirmou-se como ciência em sua busca incessante de controlar e definir o patrimônio das entidades. No Brasil, as leis seguidas tendem-se alinhar com as regras e normas internacionais em busca de evoluir no âmbito internacional para que suas empresas se fortaleçam e tenham mais credibilidade de informações no mundo globalizado.

O presente artigo tem como finalidade expor, entender a estrutura e aplicação das estruturas contábeis, sendo abordado o Balanço patrimonial, as demonstrações do fluxo de caixa e as demonstrações do resultado do exercício, importantes demonstrações contábeis.

As demonstrações contábeis, também chamadas de demonstrações financeiras, trata-se de um grupo de relatórios que fornecem informações valiosas sobre o status financeiro de uma empresa em um determinado momento.

De acordo com a Estrutura Conceitual – CPC 00:

O objetivo das demonstrações contábeis é fornecer informações sobre a posição patrimonial e financeira, o desempenho e as mudanças na posição financeira da entidade, que sejam úteis a um grande número de usuários em suas avaliações e tomadas de decisão econômica. (CPC 00, 2008, p.7)

Os relatórios de demonstração contábil são vitais para se tomar decisões cruciais nos negócios, pois, transmite uma visão mais clara e precisa da atual desempenho da empresa.

2. PRINCIPAIS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Contabilidade tem por objetivo fornecer aos seus usuários informações capazes para tomada de decisão e a principal ferramenta utilizada são as demonstrações contábeis, que é a representação monetária estruturada da posição patrimonial e financeira em determinada data e das transações realizadas por uma entidade no período findo nessa data.

Iremos a seguir abordar a estrutura e aplicação das principais demonstrações contábeis que deve ser apresentada anualmente ao final de todos os exercícios pelas entidades. Utilizaremos a legislação brasileira que regula a elaboração e estrutura das demonstrações (Lei nº. 6.404/1976, Lei nº. 11.638/2007) e os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

2.1 Balanço Patrimonial

Balanço Patrimonial é a principal demonstração contábil que tem a finalidade de demonstrar a posição contábil de uma organização em determinado período. No Brasil, o balanço patrimonial é apurado anualmente ao final de cada exercício social, em 31 de dezembro de cada ano (acompanhando o calendário civil).

Marion (2005) comenta que este patrimônio, definido como o conjunto de bens, direitos e obrigações, é demonstrado da seguinte forma: No Ativo os bens e direitos que possam ser mensuráveis monetariamente, e que possam representar benefícios presentes ou futuros. No Passivo as obrigações que serão exigidas por terceiros, complementadas pelos recursos investidos pelos donos deste patrimônio, ou acumulados pelo processo de gestão deste patrimônio, sendo estes recursos denominados de Patrimônio Líquido.

Para estudarmos a estrutura do Balanço Patrimonial, que tem sofrido alterações nos últimos anos, é necessário apresentar as diversas leis que tratam dessas alterações, que são elas: Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976; Lei 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e Lei 11.941, de 27 de maio de 2009.

O termo "Balanço" origina-se do equilíbrio $Ativo = Passivo + PL$; $Aplicações = Origens$; $Bens + Direitos = Obrigações$. A tabela a seguir é uma representação da estrutura visual do Balanço Patrimonial:

Balanço Patrimonial			
ATIVO		PASSIVO	
Bens + Direitos		Obrigações com terceiros	
		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
		Obrigações com a empresa (diretores, acionistas, etc.).	
TOTAL ATIVO	\$	TOTAL PASSIVO	\$

(Total ativo = Total passivo)

O Balanço Patrimonial é um instrumento de fundamental importância que demonstra a situação financeira e patrimonial da entidade em determinado período, contribuindo para uma análise mais precisa sobre os bens, diretos e obrigações de uma entidade.

2.2 Demonstração De Fluxo De Caixa

Lutando pela sua sobrevivência, hoje em dia, num mundo tão competitivo, onde cada empresa de uma forma ou de outra trabalha firmemente em se diferenciar para obter êxito em seus negócios e atingir os resultados esperados temos a ferramenta chamada fluxo de caixa que possibilita ao empresário ter um controle muito eficaz de seus recursos.

O fluxo de caixa constitui-se em instrumento essencial para que a empresa possa ter agilidade e segurança em suas atividades financeiras. Logo, o fluxo de caixa deverá refletir com precisão a situação econômica da empresa, em termos financeiros de futuro, sendo que este instrumento o permite ao administrador financeiro planejar, organizar, coordenar, dirigir e controlar os recursos financeiros de sua empresa para determinado período.

Segundo Marion (2008) todo mundo tem seu fluxo de caixa. Por mais simples que uma pessoa seja, ela tem de memória quanto entrou de dinheiro no mês e quanto saiu quanto foi gasto. Até uma criança que ganha mesada sabe seu fluxo financeiro.

A fim de mensurar as entradas e saídas de caixa e equivalentes de caixa e o resultado desse fluxo, a DFC tem o objetivo de demonstrar a seus usuários a capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa para o cumprimento de suas obrigações a curto e longo prazo sem a necessidade de recursos de terceiros.

Como afirmam REIS e MARION (2016), o fluxo de caixa “procura apresentar, de forma ordenada, a movimentação de entrada e saída de numerário ocorrida em determinado período.”.

Neste sentido, SERGIO, ELISEU e ERNESTO (2007) descrevem que a DFC tem como finalidade permitir que a seus usuários avaliação a geração de futuros fluxos de caixa positivo, capacidade para o pagamento de obrigações, liquidez da empresa, identificar as

futuras necessidades de financiamento e taxa de conversão de lucro em caixa.

A Demonstração de Fluxos de Caixa se tornou obrigatória com a instituição da Lei 11.638/2007 que vigora desde 01.01.2008 e passou a substituir a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR). Sociedades de capital aberto e/ou com patrimônio líquido superior R\$ 2.000.000,00 estão obrigadas a apresentá-la com o balanço patrimonial.

A DFC deve ser elaborada segundo as normas do CPC 03 (R2), que faz Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IAS 7 - Statements of Cash Flows e conter em sua estrutura 3 grupos de atividade (relacionados abaixo):

- ATIVIDADES OPERACIONAIS

Neste grupo é evidenciado o montante de caixa gerado pela entidade através de suas atividades operacionais (receitas e gastos decorrentes da industrialização, comercialização ou prestação de serviços da empresa) e possui extrema importância, pois possibilita aos usuários analisar se as operações desta entidade têm gerado suficientes fluxos de caixa para que ela mantenha sua capacidade operacional e está diretamente ligado com o capital circulante líquido da empresa.

Exemplo de atividades operacionais que compõe esse grupo do fluxo de caixa: recebimento de clientes por vendas à vista e a prazo; rendimentos de aplicações financeiras, dividendos recebidos, pagamento de fornecedores de matéria-prima e de mercadorias pagamento de salários e encargos, recolhimento de tributos e outros.

- ATIVIDADES DE INVESTIMENTO

É a mensuração dos recursos aplicados pela entidade em realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado ou no intangível com finalidade de gerar lucros e fluxos de caixa no futuro. Exemplo de atividade de investimento que compõe esse grupo do fluxo de caixa: recebimentos de venda de participação em empresas coligadas e controladas.

- ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

Neste grupo é abrangida a captação de recursos, seja pela integralização de capital ou empréstimos e financiamentos tomados de terceiros. Deve evidenciar também a amortização dos empréstimos.

Exemplo de atividades de financiamento que compõe esse grupo do fluxo de caixa: integralização de capital, aquisição de empréstimos e financiamentos e pagamento de dividendos aos acionistas.

As Demonstrações de Fluxos de Caixa podem ser apresentadas usando alternativamente dois métodos de elaboração: o **método direto** e o **método indireto**.

O método direto demonstra entradas e saídas que passaram pelo caixa e equivalentes de caixa, através de pagamento e recebimentos que efetivamente ocorreram, como por exemplo, recebimentos de clientes e pagamentos de fornecedores. Tais informações podem ser obtidas nos registros contábeis da entidade. MARION (2007) afirma que este método seja o “verdadeiro Fluxo de Caixa”, pois possibilita a visualização clara de todas as movimentações do caixa no período.

O método indireto faz conciliação entre o caixa gerado pelas operações e lucro líquido do período, por isso, se baseia nas informações da DRE (Demonstração do Resultado do Exercício) a fim de evidenciar os lucros ou prejuízos do exercício ajustados a itens econômicos como depreciação e amortização e também outras variações de contas patrimoniais.

2.2.1. Tipos De Fluxo De Caixa

A concorrência das empresas exige que elas tenham eficiência na gestão de seus recursos financeiros. A empresa precisa ter uma visão detalhada e objetiva das finanças. Este é um dos fatores mais importantes para sua permanência no mercado.

Para isso existe o fluxo de caixa planejado que auxilia nas tomadas de decisão e é capaz de antecipar as ações a serem executadas para não serem surpreendidas por estarem desprevenidas, assim alcançando metas satisfatórias. “O objetivo básico do fluxo de caixa planejado é projetar as entradas e saídas de recursos financeiros, num determinado período, avaliando as necessidades de capturar recursos ou aplicar os excedentes de caixa.” (TOFOLI, 2008, p. 69). Com o fluxo de caixa planejado, o gestor poderá antecipar suas ações e destinar as sobras de caixa ou até mesmo evitar possíveis problemas como pagamento de fornecedor atrasado, pagamento de juros, entre outras coisas que podem trazer transtornos na administração de suas disponibilidades financeiras. No caso do fluxo de caixa real, o gestor alimenta planilhas para constatar o que entrou e o que saiu no dia e, em seguida, comparar se o que foi planejado está de acordo com o fluxo real. Comparando os dois fluxos, planejado e real, os gestores têm resultados concretos para tornar a administração mais eficiente para a empresa.

“As projeções do fluxo de caixa devem ser atualizadas com base em fluxo efetivo, fazendo os ajustes nas premissas e condições do mercado, para chegar o mais perto possível do resultado financeiro efetivo.” (SILVA, 2005, p. 61).

2.3 Demonstração do Resultado do Exercício

A DRE (Demonstração do Resultado do Exercício) possui grande importância para tomada de decisão, pois demonstra se a organização obteve Lucro ou Prejuízo no final de um exercício. Em sua estrutura ela demonstra as receitas, proveniente da venda de mercadorias ou prestação de serviços, e os custos e despesas necessários para que a receita se realize.

O artigo 187 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações), instituiu a Demonstração do Resultado do Exercício.

A Demonstração do Resultado do Exercício tem como objetivo principal apresentar de forma vertical resumida o resultado apurado em relação ao conjunto de operações realizadas num determinado período, normalmente, de doze meses. Embora sejam elaboradas anualmente para fins legais de divulgações, em geral são feitas mensalmente para fins administrativos e, trimestralmente para fins fiscais.

De acordo com a legislação mencionada, as empresas deverão na Demonstração do Resultado do Exercício discriminar:

- A receita bruta das vendas e serviços, as deduções das vendas, os abatimentos e os impostos;
- A receita líquida das vendas e serviços, o custo das mercadorias e serviços vendidos e o lucro bruto;
- As despesas com as vendas, as despesas financeiras, deduzidas das receitas, as despesas gerais e administrativas, e outras despesas operacionais;
- O lucro ou prejuízo operacional, as outras receitas e as outras despesas;
- O resultado do exercício antes do Imposto sobre a Renda e a provisão para o imposto;
- As participações de debêntures, empregados, administradores e partes beneficiárias, mesmo na forma de instrumentos financeiros, e de instituições ou fundos de assistência ou previdência de empregados, que não se caracterizem como despesa;
- O lucro ou prejuízo líquido do exercício e o seu montante por ação do capital social.

Na determinação da apuração do resultado do exercício serão computados em obediência ao princípio da competência:

- a) as receitas e os rendimentos ganhos no período, independentemente de sua realização em moeda;

b) os custos, despesas, encargos e perdas, pagos ou incorridos, correspondentes a essas receitas e rendimentos.

Modelo da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE):

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DE EXERCÍCIO
RECEITA OPERACIONAL BRUTA
<i>Vendas de Produtos Vendas de Mercadorias Prestação de Serviços</i>
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA
<i>Devoluções de Vendas Abatimentos Impostos e Contribuições Incidentes sobre Vendas</i>
(=) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA
(-) CUSTOS DAS VENDAS
<i>Custo dos Produtos Vendidos Custo das Mercadorias Custo dos Serviços Prestados</i>
(=) RESULTADO OPERACIONAL BRUTO
(-) DESPESAS OPERACIONAIS
<i>Despesas Com Vendas</i>
<i>Despesas Administrativas</i>
(-) DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS
<i>(-) Receitas Financeiras, Variações Monetárias e Cambiais Passivas</i>
<i>(-) Variações Monetárias e Cambiais Ativas</i>
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS
<i>Resultado da Equivalência Patrimonial</i>
<i>Venda de Bens e Direitos do Ativo Não Circulante</i>
<i>(-) Custo da Venda de Bens e Direitos do Ativo Não Circulante</i>
(=) RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO IR E DA CSLL
<i>(-) Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro</i>
(=) LUCRO LÍQUIDO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES
<i>(-) Debêntures, Empregados, Participações de Administradores, Partes Beneficiárias, Fundos de Assistência e Previdência para Empregados.</i>
(=) RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Apesar da estrutura simples, a entidade deve classificar de forma adequada os custos e despesas da operação, para não alterar o resultado do período e a partir daí utilizar a DRE para auxiliar na tomada de decisão e visão melhor sobre a empresa, definir estratégias vencedoras de rentabilidade de vendas. Organizando as receitas e despesas adequadamente, a entidade consegue trabalhar com mais segurança e conforto onde, é possível se calcular o capital de giro e definir melhor datas de pagamento, recebimentos e também conseguir reduzir

impostos. Sabendo quanto entra e sai da empresa, é possível fazer uma melhor gestão e consequentemente possibilitar a continuidade dos negócios.

3 CONCLUSÃO

A proposta desse trabalho foi apresentar e analisar as seguintes demonstrações contábeis, o Balanço patrimonial, o fluxo de caixa e as demonstrações do resultado do exercício, que são demonstrativos extremamente importantes para qualquer tipo de empresa,

diante desse cenário tão competitivo onde elas se encontram, faz-se necessário que os gestores das empresas conheçam as técnicas financeiras e econômicas, como também é importante que os mesmos saibam extrair informações a fim de solucionar problemas no decorrer das atividades de uma organização.

Entende-se que a análise das demonstrações contábeis além de ser uma ferramenta que auxilia nas tomadas de decisões, ainda pode auxiliar os gestores a acompanhar o crescimento da empresa, como também auxilia na identificação de pontos fracos. Com base nessas informações é possível que se evitem intervenções na continuação das atividades como também pode evitar o fim da mesma. Essas demonstrações financeiras ainda são utilizadas para análises podendo assim evidenciar estrutura de capitais, liquidez, previsões, falência entre outros giros de uma organização.

Pode-se concluir dizendo que os métodos de análise das demonstrações contábeis são meios de interpretação de dados, que resultam em informações relevantes que auxiliam na gestão financeira de uma organização, possibilitando aos administradores projeções mais precisas e eficientes para as tomadas de decisões.

REFERÊNCIAS

COMITE DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). **Estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis: s/d (a) 7-18**. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/index.php>>. Acesso em: 07 de maio de 2017.

IUDÍCIBUS, Sergio; MARION, José Carlos. **Contabilidade comercial**. Editora Atlas. 2004, 6ª Edição.

GELBCKE, Ernesto Rubens; IUDÍCIBUS, Sergio; MARTINS, Eliseu; SANTOS, Ariovaldo. **Manual de Contabilidade Societária (aplicável a todas as sociedades) FIPECAFI**. 2ª Edição. Atlas, 2013.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Básica: 8ª Edição**. São Paulo: Atlas. 2008.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial**. São Paulo: Atlas, 2007.

SILVA, E.C; **Como administrar o fluxo de caixa das empresas**: São Paulo, Atlas, 2005.

TÓFOLI, I. **Administração financeira empresarial: uma tratativa prática**. Campinas: Arte Brasil, 2008.